

REVISITANDO O SENTIDO DE TERRITÓRIO, OS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM DOCUMENTOS EDUCACIONAIS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DO JARDIM NICEIA (BAURU, SP)

REVISITING THE CONCEPT OF TERRITORY, THE PRINCIPLES AND PRACTICES OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN EDUCATIONAL DOCUMENTS FROM A PUBLIC PRESCHOOL IN JARDIM NICEIA (BAURU, SP)

- **Isadora do Carmo Santos** (UNESP, Faculdade de Ciências – isadora.c.santos@unesp.br)
- **Pedro Neves da Rocha** (UNESP, Faculdade de Ciências - pedro.n.rocha@unesp.br)
- **Márcia Lopes Reis** (UNESP, Faculdade de Ciências - marcia.reis@unesp.br)

Eixo temático: Eixo 1 - Políticas e Práxis na Educação Infantil.

Resumo:

Partindo da visão de Milton Santos que apresenta o território como um local onde a história do homem se realiza a partir das exposições da sua existência, este trabalho visa entender como os princípios e práticas da Educação Ambiental (EA) se relacionam em um território como o Jardim Niceia: um bairro de ocupação irregular e fruto da especulação imobiliária. O trabalho é um estudo documental (uma forma qualitativa de investigação que utiliza fontes primárias, as quais não passaram por análises e tratamentos científicos) que se utiliza da técnica de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, na qual busca explicar o significado do conteúdo de uma mensagem por meio de inferências. Os textos analisados foram recortados em "unidades de registro" e contextos colocados em categorias: Princípios da EA, Práticas da EA e Noções de Território. Como resultados e discussão, pode-se observar para os Princípios da EA, que o Plano Político-Pedagógico se pauta na Pedagogia histórico-crítica e no psiquismo de Vygotsky. No Currículo Comum da Educação Infantil de Bauru, percebe-se que as práticas da EA são manifestas através de atividades lúdicas que podem ser desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem. As noções de território são direcionadas em desenvolver no aluno, a noção do espaço que o cerca se colocando como transformador da natureza e consequentemente transformando sua realidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ensino de ciências. Educação infantil.

Abstract:

Starting from the framework Milton Santos who presents the territory as a place where the history of man is carried out from the exhibitions of his existence, this work aims to understand how the principles and practices of Environmental Education (EE) are related in a territory like Jardim Niceia: a neighborhood of irregular occupation and the result of real estate speculation. The work is a documentary study (a qualitative form of investigation that uses primary sources, which have not undergone scientific analysis and treatment) that uses Laurence Bardin Content Analysis technique, in which seeks to explain the meaning of the content of a message through inferences. The analyzed texts were divided into "registration units" and contexts placed in categories: Principles of EE, Practices of EE and Notions of Territory. As a result and discussion, it can be observed for the Principles of EE that the Political-Pedagogical Plan is based on historical-critical pedagogy and Vygotsky psyche. In the Common Curriculum of Early Childhood Education in Bauru, it is perceived that EE practices are manifested through playful activities that can be developed in the teaching-learning process. The notions of territory are directed at developing in the student the notion of the space that surrounds him, placing himself as a transformer of nature and consequently transforming his reality.

Keywords: Environmental education. Science teaching. Preschool education.

1. Introdução

Para Milton Santos (1999) o território é o local em que desembocam todas as paixões, todas as ações, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, onde a história do homem se realiza a partir das exposições da sua existência. Negando a visão tradicional da geografia que considera o território como um objeto estático com suas formações naturais, o autor apresenta o espaço como um objeto dinâmico, vivo, repleto de inter-relações com as influências recíprocas do território com a sociedade, seu papel essencial sobre a vida do indivíduo e do corpo social (Lima; Yasui, 2014). Nesse sentido, faz-se entender que um território descende das dinâmicas e interações que acontecem nele. No entanto, o território pode ser limitado para alguns, na medida que há manobras capitalistas que fazem parte desse dinamismo.

A relação entre a sociedade e o meio ambiente também entra em contato com esse dinamismo. Diante da cultura desenvolvimentista trazida pelo sistema capitalista, houve a necessidade de buscar um ambiente sustentável, e dessa forma, surgem vários movimentos e organizações que visam preservar o meio ambiente e consequentemente, manter a vida (Pereira; Curi, 2012).

Ao olhar para a conservação da vida, é necessário entender qual o nível de consciência ambiental dos cidadãos que compõem um território. Dessa forma, vê-se que a Educação Ambiental (EA) é uma ferramenta que pode ser eficaz para criar esse pensamento na medida que cumpre seu papel de promotora da cidadania, autonomia, senso crítico e capacidade de tomada de decisão, buscando oferecer condições que levem as pessoas à compreensão da realidade (Bigliardi; Cruz, 2009).

Segundo o artigo 2 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional. Na medida que a educação se faz mediadora das relações entre o ambiente e a sociedade, a escola é o território mais propício para a aprendizagem. Um momento interessante para a aprendizagem é justamente a primeira etapa do ensino, conhecida como Educação Infantil (EI), pois é nela que se desenvolvem competências que contribuem para uma mudança de atitude e comportamento (Silva; Raggi, 2019).

Este trabalho se ocupa em entender quais aplicações dos princípios e práticas da Educação Ambiental podem ser trabalhadas na Educação Infantil de uma escola em uma cidade no interior de São Paulo. O bairro em questão localiza-se na cidade de Bauru e se configura através do impacto da especulação imobiliária: uma manobra de cunha capitalista que visa investir em um imóvel em um determinado espaço, especulando que com o tempo haja a obtenção de lucro. Jardim Niceia, é um bairro de ocupação irregular, que teve origem durante o governo militar (1964-1988) que buscava desenvolver o capitalismo, mas não investia em política social. Constam relatos que o bairro já existe há cerca de 50 anos, sendo uma ocupação consolidada, que está em processo de regularização (Corgi, 2008). Boa parte das ruas não se encontram asfaltadas, são acidentadas, há muito lixo e muitas casas, são precárias (Freitas, 2019). A irregularidade, remonta uma série de problemas ambientais e infra estruturais. Visando isso, justifica-se o uso da EA como ferramenta que pode impactar o território de uma escola pública de educação básica, localizada em um bairro como o Jardim Niceia e, com isso, promover mudanças ambientais e sociais.

2. Justificativa

Sabe-se que a EA nasce como um processo educativo e que deve ser direcionada para a cidadania ativa, levando em conta seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, pode-se buscar compreensão e superação para os problemas ambientais sejam eles de causas estruturais ou conjunturais (Sorrentino *et al.*, 2005). Portanto, a EA é um meio para a construção de uma política pública e desenvolvimento da cidadania. Considerando que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) são um apelo para a melhoria da qualidade de vida, e em essencial, as práticas da EA são o cumprimento do quarto objetivo que se pauta em adquirir uma Educação de Qualidade, este trabalho, é uma extensão das práticas socioambientais para a obtenção de uma qualidade de vida local, e dessa forma, global, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

3. Objetivos

Visa-se identificar quais princípios e práticas da Educação Ambiental estão inseridas na documentação concedida (Projeto Político Pedagógico, Currículo Escolar e Currículo Comum Educação Infantil) pela escola EMEI Francisco Guedes Bombini e quais as suas contribuições seus conceitos podem trazer dentro do contexto específico do Jardim Niceia. Ademais, faz-se como pontual compreender o contexto histórico e social do bairro, buscando potenciais para desenvolvimento da educação ambiental.

4. Metodologia

Este trabalho é um estudo documental, ou seja, uma forma qualitativa de investigação que utiliza fontes primárias, as quais não passaram por análises e tratamentos científicos (Pereira; Fontana, 2023). Os documentos selecionados (Plano de Gestão Escolar, o Plano Político – Pedagógico e Currículo Comum da Educação Infantil no município de Bauru) passaram pela Análise de Conteúdo (AC), um método qualitativo que segundo Bardin (1977) “é um conjunto de técnicas de análises das comunicações”. Essa técnica foi utilizada para análise e discussão das práticas e princípios da EA, bem como as noções de território. Por meio de técnicas, utilizando-se de métodos quali-quantitativos, a AC busca explicar, sistematizar e descobrir o significado do conteúdo de uma mensagem por meio de inferências que transpassam a subjetividade e a objetividade. Os textos são recortados em “unidades de registro” e contextos colocados em categorias. Definidas as unidades de registro (palavras-chave, temas, unidades, dentre outros), realiza-se a contagem da frequência que os termos aparecem (Gaspi, Maron, Júnior, 2023). Os dados coletados foram concedidos pela Diretoria e Secretaria da EMEI Francisco Guedes Bombini e acessados pela Internet. Os contextos e unidades de registro podem ser encaixados nas categorias: *Princípios da EA*, *Práticas de EA* e *Noções de Território*.

5. Resultados e Conclusões

5.1 Princípios da EA

As unidades de registro nesse trabalho foram selecionadas como palavras-chave. “Natureza”, “natural”, “meio ambiente” “ambiente” só aparecem no PPP e no Currículo Comum de Educação Infantil de Bauru, mas nenhuma vez são citadas no Plano de Gestão. A palavra “natureza”

aparece 6 vezes no PPP, mas somente 3 vezes está relacionada aos princípios da EA, no contexto do materialismo histórico-dialético e do psiquismo de Vygotsky. Enquanto que “natural” aparece 2 vezes, mas apenas uma está relacionada à um princípio de EA, que é a da compreensão do mundo natural, citada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil – LDB. A expressão “meio ambiente” não aparece nenhuma vez, mas “ambiente” aparece 2 vezes atreladas à outras palavras, que são: “ambiente natural” e “ambiente interno e externo”. Apesar de aparecer contextos e “unidades de registros” em que se tem os princípios da EA, fica claro que não é a prioridade da construção teórica apresentada na documentação a vivência da sustentabilidade nesse território.

Segundo o Plano de Gestão Escolar (PGE) atual, é possível observar que: “O prédio institucional onde está localizada a EMEI foi denominado Francisco Guedes Bombini, após a publicação de decreto no Diário Oficial do Município, em 08 de maio de 2023, através do Projeto de Lei apresentado pelo vereador Edmilson Marinho da Silva Júnior. Até o ano anterior, a instituição era denominada: Creche Berçário Ernesto Quaggio – Jardim Niceia e administrada por uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos. A partir do presente ano, a escola passou para a administração pública municipal”.

Como é o primeiro da escola como EMEI, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), ainda está em andamento, (isso porque a gestão e equipe pedagógica é recente) mas em 2025, estará finalizado. No PGE, há metas para o ano letivo de 2024 e uma delas é a Adequação do prédio escolar às necessidades educacionais, com justificativa de atender às exigências educacionais e oferecer um ambiente adequado aos alunos. No entanto, esse plano não conta com especificações quanto à projetos paisagísticos, nem hortas, portanto, não apresenta nesse contexto nenhuma relação com princípios de EA, apenas à infraestrutura.

Já o PPP explicita como fundamentação teórica o materialismo histórico-dialético no qual cita o homem como transformador intencional da natureza. Essa transformação é dita como trabalho. Para sua sobrevivência, o ser humano extrai da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Quando ele faz isso, inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano, ou seja, um mundo cultural e a isso dá-se o nome de trabalho (Saviani, 2003). Portanto, é um mundo no qual as adaptações vêm de acordo com suas necessidades. Na Educação Ambiental, da mesma forma, o homem tem autonomia para transformar o território, que é um fato social. Dessa forma, percebe-se que todas as habilidades desenvolvidas na Educação Infantil, também são modificadoras da realidade, desde um simples (...) arrumar o refeitório, cuidar das plantas e dos animais, trabalhar no jardim, fazer objetos de papel, de cartolina, de maneira, de pano, como diz o PPP.

Ademais, o PPP traz o psiquismo de Vygotsky que diferencia o humano do animal, no qual o homem consegue superar a conduta determinada pelo ambiente (interno e externo). Desse modo, as práticas sociais e como elas se organizam no território dão forma à vida social e onde se consolida o processo de conhecimento-experiência sobre o mundo (Vargas, 2014).

Como princípio da Educação Ambiental e como uma forma de compreensão do território e realidade, é possível observar também o artigo 32, parágrafo II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil – LDB, Lei n.º 9.394/96, presente no PPP, que diz: “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”.

5.2 Práticas da EA

É somente no Currículo Comum da Educação Infantil da Secretaria de Bauru que a palavra “ambiente” se destaca e em uma contagem de 277 vezes. A palavra “meio ambiente” aparece 13 vezes. “Natureza” aparece 367 vezes, enquanto que “natural” aparece 126 vezes. “Território”, apenas 18 vezes. Apesar de essas palavras aparecerem inúmeras vezes, não são todos os contextos que se enquadram na mesma categoria, por exemplo “A sociedade capitalista está organizada a partir de um modo de produção da vida pautada no consumo de bens, orientada para gerar lucro, que, via de regra, degrada o meio ambiente, provocando o desequilíbrio ambiental e a desigualdade social” está na categoria Princípios da EA, enquanto que o desenvolvimento de atividades na “Semana do Meio Ambiente” está relacionada às práticas da EA.

Nesse currículo pode-se observar uma parte teórica sobre a importância das ciências da natureza na EI e outra parte relatando algumas atividades para serem desenvolvidas. Destaca-se um trecho: “Os conteúdos do ensino de ciências da Natureza devem basear-se na inter-relação dos fatores físicos, químicos, biológicos e sociais, ou seja, na integração dinâmica entre mineral, biológico e social”, sendo um desafio ao educador para sistematizar esse conteúdo nesse processo de aprendizagem. Dessa forma, é possível perceber que a Educação Ambiental se faz mediadora do processo de conhecimento do mundo e de modificação da realidade.

A parte prática aborda algumas propostas como a das crianças trabalharem com a cozinha, no ato de fazer uma “receita” elas manipulam o alimento e também aprendem a higienizar as mãos. Dessa forma, a EA está presente como uma extensão do que já é feito normalmente, mas coloca-se consciência no aprendizado na medida em que as intervenções são realizadas no espaço escolar.

5.3 Noções de território

No PPP, a palavra “território” aparece uma única vez, no entanto, associada à expressão “brasileiro”. No entanto, outras palavras podem categorizar “território”, como “espaço”. Pode-se encontrar como um local onde as crianças vivenciam a aprendizagem e são estimuladas a ter experiências lúdicas, em que se baseia novamente na pedagogia histórico-crítica, na qual “compreende o professor como aquele que dirige o processo de ensino-aprendizagem visando promover o desenvolvimento humano do aluno em suas máximas possibilidades”.

No PGE, a organização do espaço escolar aparece 4 vezes, porque determina como e quem vai ser destinado a fazer essa manutenção.

Em um contexto geográfico, o território é tratado como “posto que se relaciona ao problema da posse e ocupação do espaço, o território e suas fronteiras envolvem relações de poder entre os agentes sociais”. Ficando claro que o aluno deve desenvolver a noção do espaço e da realidade que o cerca e na medida em que desenvolve isso, se coloca como transformador da natureza, consequentemente transforma também sua realidade.

6. Conclusões

Ao procurar identificar os princípios e práticas da Educação Ambiental inseridas dentro do Projeto Político-Pedagógico, no Plano de Gestão e no Currículo Comum de Educação Infantil da prefeitura de Bauru, pode-se observar que existe uma preocupação em desenvolver a sustentabilidade e ecologia dentro da escola, no entanto, existe uma falta de estrutura e de meios para se efetuar essa vivência, isso porque dentro de um contexto histórico e social de um território, existem inúmeros desafios por parte dos educadores, para alcançar o pleno desenvolvimento de

certas práticas. Ademais, o PPP e o PGE são documentos orientadores que trazem uma abordagem mais generalista e dessa forma mais fundamentação teórica que prática. Provavelmente as práticas lúdicas da EA aparecem em outros arquivos, como planos de trabalho docente, diários de classe e planejamento de aulas. Para os futuros trabalhos, será interessante analisar como são e em qual nível estão a abordagem da EA nesses outros tipos de documentações.

Analisando o PPP, PGE e o Currículo Comum da Educação Infantil, vê-se que há como fundamentação teórica forte a Pedagogia histórico-crítica e o psiquismo de Vygotsky, na medida em que as ações sempre estão orientadas às adequações do espaço e do tempo, mediante o ensino de Ciências e dos eixos integradores que apontem para que a criança compreenda o ambiente natural e social.

Dentro das categorias princípios, práticas e noções de território, percebe-se que todas as habilidades desenvolvidas na Educação Infantil, também modificam a realidade, gerando um território cultural que interage com a importância de se viver em um ambiente em que a Educação Ambiental se faz mediadora dessa relação. O importante é que a EA se torne uma pauta central para o educador na elaboração de seu planejamento, pois ela poderá mediar a consciência cidadã e consequentemente preservar a vida no território.

7. Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Lisboa: Persona, 1977. p.225.

BIGLIARDI, Rossane V.; CRUZ, Ricardo G. O papel da Educação Ambiental frente à crise civilizatória atual. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 127–137, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/810>. Acesso em: 3 jul. 2024.

CORGHI, F.N. **Urbanização e segregação socioespacial em Bauru (SP): um estudo de caso sobre a Bacia hidrográfica do Córrego da Água Comprida**. 2008. 197p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/433994>. Acesso em: 3 jul. 2024.

GOBBO, Gislaine. R.R. **Currículo Comum Educação Infantil**. Secretaria Municipal da Educação de Bauru. 2022. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_educacao/curriculo_comum_educacao_infantil.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

FREITAS, Iasmin. H.A. **O direito à cidade aos moradores das favelas: o caso da ocupação irregular do Jardim Niceia, Bauru – SP**. Anais XVIII ENANPUR 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1108>. Acesso em: 3 jul. 2024.

GASPI, Suelen; MARON, Luis Henrique P.; JÚNIOR, Carlos Alberto O.M. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin. In: JUNIOR, Carlos Alberto O. M.; BATISTA, Michel C. **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. [S. l.]: Athena, 2023. p. 42-59.

LIMA, Elizabeth M. F. de A.; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde em Debate**, v. 38, n. 102, p. 593–606, 2014. DOI:

<https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140055>. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/QbbzS8wB6xFWrmKHPKCNRMb/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 3 jul. 2024.

FONTANA Felipe.; PEREIRA, Ana Carolina. T. Pesquisa documental. In: JUNIOR, Carlos Alberto O. M.; BATISTA, Michel C. **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. [S. l.]: Athena, 2023. p. 236-245.

PEREIRA, Suellen S.; CURI, Rosires C. Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável: Conceituações teóricas sobre o despertar da consciência ambiental. **REUNIR: Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 35-57, 2012. DOI: 10.18696/reunir.v2i4.78. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/78>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 153 p.

SILVA Valquiria C. M.; RAGGI Désirée G. Educação ambiental com atividades lúdicas no ensino infantil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 25, p. e633, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e633.2019>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel.; MENDONÇA, Patrícia. FERRARO J. Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.2, p.287-299, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200010>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 jul. 2024.

VARGAS, Glória Maria. Território. In: FERRARO, J. Luis Antonio. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores - Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 305-315.